

Parecer sobre o TCC de Bruno F. Schaden – “Como nossos vieses afetam nossas escolhas econômicas e políticas?”

Introdução

Este parecer avalia criticamente o Trabalho de Conclusão de Curso de Bruno Francisco Schaden, intitulado “*Vieses Cognitivos e a Formulação de Políticas Econômicas: Uma Análise Comportamental da Escolha Pública*”. Trata-se de um estudo empírico que adapta a **Survey of Americans and Economists on the Economy (SAEE)** ao contexto brasileiro, investigando como vieses cognitivos da população influenciam preferências por políticas públicas. A análise considera comparações entre respostas de **economistas e não economistas**, utilizando um questionário via Google Forms e métodos econométricos (*modelos Logit*) para testar hipóteses inspiradas em Bryan Caplan (2007) e na literatura de economia comportamental (Kahneman, Thaler). Neste parecer, examinam-se os principais aspectos metodológicos do TCC sob uma ótica rigorosa, destacando: (a) coerência entre o problema de pesquisa, hipóteses e metodologia; (b) distinção entre correlação e causalidade (e controle de variáveis); (c) aderência a critérios popperianos de falseabilidade e clareza lógica; (d) riscos de viés de confirmação e tautologia ideológica; e (e) a solidez da replicação da SAEE no contexto brasileiro. Por fim, são sugeridos pontos de aprimoramento e reformulação para o trabalho completo, mantendo a linguagem formal e precisa esperada de um parecer acadêmico.

Coerência entre problema, hipóteses e metodologia

O TCC demonstra, em geral, boa coerência entre a formulação do problema, as hipóteses propostas e a metodologia adotada. O problema de pesquisa está claramente delineado: o autor parte do paradoxo de que eleitores, mesmo bem-intencionados, frequentemente apoiam políticas economicamente ineficazes devido a **vieses cognitivos e heurísticas** que distorcem sua percepção econômica. Essa premissa baseia-se na literatura de economia política comportamental, especialmente na tese de Caplan (2007) de que “*a democracia falha não porque ignora o povo, mas porque o ouve demais*”, isto é, políticas públicas subótimas derivam de preferências populares fundamentadas em crenças **distorcidas e emocionalmente reconfortantes, mas economicamente disfuncionais**. Alinhado a esse diagnóstico, o estudo identifica como fenômeno central o impacto de crenças sistematicamente enviesadas dos eleitores sobre a formulação de políticas econômicas. Em outras palavras, o autor procura verificar se, no Brasil, *votantes com racionalidade limitada* sustentam crenças equivocadas (e.g., antimercado, antiestrangeiro, “make-work”/antitrabalho, pessimista) que os levam a apoiar medidas contraproducentes – tal como documentado nos EUA por Caplan (2002; 2007) e evidenciado pela pesquisa SAEE original.

As **hipóteses de pesquisa** decorrem de forma consistente desse referencial teórico. O autor enuncia sete hipóteses (H1–H7) que cobrem (i) a existência de vieses sistemáticos nos eleitores (H1); (ii) o efeito mitigador do conhecimento econômico sobre tais vieses (H2); (iii–vi) a presença e impacto dos quatro vieses específicos identificados por Caplan – antimercado, antiestrangeiro, antitrabalho (viés de criação de emprego artificial) e pessimista – nas preferências de política (H3–H6); e (vii) a influência da ideologia política na (não) aceitação de evidências econômicas (H7). Essas hipóteses estão explicitamente conectadas ao problema central e à literatura: por exemplo, H1 prevê discrepâncias entre a opinião de eleitores e economistas em questões econômicas objetivas, refletindo

possíveis vieses do público. Já H3 postula que um **viés antimercado** levará a maior apoio a políticas protecionistas, ao passo que H4 relaciona o **viés antiestrangeiro** ao apoio a restrições ao comércio e imigração. H5 e H6 focam em tendências de supervalorizar a criação de empregos em detrimento da produtividade (viés *antitrabalho*) e de perceber a economia de forma mais negativa que os dados sustentam (viés pessimista), respectivamente. Todas essas proposições decorrem logicamente da problemática levantada: se os eleitores brasileiros sofrem dos mesmos vieses observados em outras democracias, então *evidências empíricas de divergência* entre suas opiniões e as de especialistas, ou correlações entre certas crenças enviesadas e preferências políticas, devem emergir nos dados. A **metodologia** escolhida é adequada para testar exatamente isso. O estudo *replica a SAE no Brasil*, aplicando um survey nacional com perguntas adaptadas que confrontam visões leigas e especializadas sobre economia. A opção por um **questionário estruturado** permite quantificar crenças econômicas e identificar vieses de forma padronizada, enquanto a inclusão de respondentes com formação em Economia (ou economistas profissionais via parceria com Corecon/Cofecon) provê um grupo de comparação para testar H1 e contrastar “leigos vs. especialistas”. Essa abordagem responde diretamente ao objetivo de “*comparar a percepção econômica do eleitorado brasileiro com a de especialistas*”. Além disso, a utilização de **modelos econométricos Logit** para análise garante um tratamento estatístico rigoroso das hipóteses: conforme descrito, o autor ajusta modelos de regressão logística (binária ou ordinal) para cada questão ou conjunto de questões do survey, investigando quais fatores explicativos (como educação em economia, engajamento político, etc.) influenciam as respostas dos indivíduos. Em suma, há uma correspondência clara entre o *que* se quer descobrir (vieses nas preferências econômicas dos eleitores) e *como* se busca evidências (survey comparativo e regressões). Essa coerência teórico-metodológica confere credibilidade inicial ao trabalho.

Alguns pontos, porém, merecem atenção para reforçar ainda mais essa coerência. Primeiro, é importante notar que o objetivo declarado inclui “*investigar como vieses cognitivos [...] influenciam a formulação de políticas públicas*”. Estritamente, a metodologia capta **percepções e preferências** dos indivíduos, mas não observa diretamente o processo de formulação de políticas ou decisões governamentais. A inferência de que vieses dos eleitores efetivamente se traduzem em políticas é **teórica** (apoiada pela literatura de escolha pública) – por exemplo, assume-se que em uma democracia as crenças populares influenciam os representantes eleitos e, assim, as políticas adotadas. Essa conexão é plausível e sustentada por autores como Caplan, mas não deixa de ser indireta. Seria recomendável que o texto **enfatizasse esse link hipotético** com cautela, esclarecendo que o estudo mede essencialmente a *propensão* do eleitorado a apoiar políticas enviesadas, e que a influência real sobre políticas depende de fatores políticos adicionais (instituições, incentivos dos governantes, etc.). Segundo, a abrangência das hipóteses é ambiciosa – cobrindo múltiplos vieses e variáveis socioculturais em um único survey. A metodologia dá conta disso dividindo a pesquisa em diversas perguntas e modelos; ainda assim, **exige-se rigor na definição operacional de cada viés no questionário**. Aparentemente, o autor seguiu de perto as definições de Caplan (e.g., identificando posições antimercado por meio de perguntas sobre confiança em mercado vs. regulação, viés antiestrangeiro via atitudes frente ao comércio exterior e imigração, etc.). Essa *tradução* de conceitos abstratos em itens de survey é crucial para a coerência interna: é preciso que as perguntas realmente reflitam os vieses pretendidos.

Sugestão: no texto completo, convém detalhar (talvez em apêndice) como cada viés foi mensurado no questionário, assegurando transparência na ponte entre teoria e dados empíricos. No geral, contudo, a arquitetura do TCC – do problema às hipóteses e destas à estratégia de coleta e análise – mostra-se bem alinhada e logicamente consistente.

Correlação vs. causalidade e controle de variáveis

Um aspecto metodológico crítico avaliado foi o rigor na distinção entre **correlação e causalidade** ao interpretar os achados. O trabalho de Schaden recorre a dados observacionais de survey e, portanto, suas conclusões se baseiam predominantemente em **associações estatísticas** entre variáveis (como nível de viés e apoio a certas políticas). O autor parece ciente dessa limitação, pois formula as hipóteses de modo condicional: por exemplo, H3 afirma que “se o viés antimercado for significativo, então eleitores desconfiados do mercado tendem a apoiar mais políticas protecionistas; se não houver correlação entre essas atitudes [...], a hipótese será refutada”. Essa estrutura deixa claro que o teste empírico resumir-se-á a verificar se existe uma correlação positiva entre expressar desconfiança do mercado e preferir políticas intervencionistas. No entanto, é crucial **sublinhar que encontrar tal correlação não prova, em sentido estritamente causal, que o viés ‘leva’ ao apoio a políticas protecionistas**. Poderia haver outras explicações para a associação: por exemplo, indivíduos de determinada **orientação ideológica** podem simultaneamente desconfiar do mercado e favorecer intervenção estatal (sendo a ideologia o fator subjacente comum), ou ainda fatores socioeconômicos (renda, setor de emprego) poderiam influenciar ambas as atitudes. O TCC mostra preocupação em mitigar esses potenciais **fatores de confusão**, lançando mão de controles diversos em seus modelos econométricos. A seção de metodologia informa uma série de variáveis coletadas: gênero, idade, escolaridade, região, ocupação (incluindo uma codificação interessante do vínculo empregatício numa escala de dependência do Estado), atuação profissional em economia ou política, engajamento político, consumo de notícias etc.. A inclusão desses controles nos modelos Logit serve para isolar, tanto quanto possível, o efeito específico dos vieses cognitivos ou da formação econômica sobre as respostas, reduzindo a chance de atribuir a um “viés” o efeito que na verdade se deve a diferenças demográficas ou materiais entre os respondentes. Esse procedimento de controlar variáveis é metodologicamente correto e contribui para inferências mais confiáveis. Por exemplo, ao testar H2 (maior conhecimento econômico reduz vieses), o autor pode comparar a discrepância de opinião em relação aos economistas entre grupos de escolaridade em economia distinta, controlando simultaneamente outras características – isso dá mais rigor à conclusão de que eventuais diferenças se devem à educação econômica e não a, digamos, idade ou renda correlacionadas a essa educação.

Apesar desse manejo atento, seria **proveitoso que o texto explicitasse em algum momento a natureza não experimental do estudo** e, portanto, a necessidade de cautela na linguagem causal. Termos como “*impacto*” ou “*influência*” dos vieses sobre decisões políticas, embora intuitivos, devem ser entendidos no contexto de evidência correlacional. Idealmente, as conclusões deveriam ser apresentadas no condicional ou com ressalvas apropriadas – por exemplo: “observou-se que indivíduos com crenças X **tendem** a apoiar política Y, **sugerindo** consistência com a hipótese de viés antimercado”. Essa nuance evita que leitores tomem a relação como determinística ou comprovadamente causal. No escopo de um TCC, é aceitável e esperado trabalhar com

inferências causais tentativas a partir de correlações, desde que se demonstre consciência dos limites. Uma menção breve no capítulo de resultados ou conclusão sobre a impossibilidade de afirmar causalidade com base em survey transversal fortaleceria o rigor metodológico. Além disso, poder-se-ia discutir possíveis **vias causais opostas ou recíprocas**: por exemplo, não apenas “vieses levam a certas escolhas políticas”, mas também a adesão prévia a certas políticas ou ideologias pode reforçar vieses (fenômeno de racionalização a posteriori). Mostrar-se aberto a essas interpretações alternativas denota maturidade na análise.

Importa também notar que o autor já incorporou uma dimensão causal relevante ao separar *vieses* de *preferências ideológicas* (H7 trata especificamente do papel da filiação ideológica nas crenças econômicas). Isso reconhece que parte das divergências entre público e economistas pode derivar menos de ignorância econômica e mais de valores ou orientações político-partidárias. Controlar a variável ideologia (provavelmente medida via autodeclaração de espectro político) é essencial para não confundir “vieses cognitivos” com **posicionamentos ideológicos conscientes**. O parecer encoraja que os resultados discorram sobre a diferença entre esses dois fenômenos: se, por exemplo, ao incluir ideologia nos modelos, certos vieses perdem significância, isso indicaria que o fator preponderante era ideologia (e não um viés cognitivo no sentido estrito de crença falsa). Tal discussão seria valiosa metodologicamente, pois **separa melhor psicologia do erro e preferência política**, evitando interpretações simplistas.

Em síntese, no tocante à correlação vs. causalidade, o TCC adota boas práticas (uso de controles, linguagem hipotética nas hipóteses) alinhadas com a prudência científica. Recomenda-se apenas **reforçar, na redação final**, as devidas ressalvas ao inferir relações causais e explorar explicitamente os *limites e alternativas explicativas* dos achados. Isso garantirá que o leitor compreenda que, embora o estudo sugira fortemente a presença dos efeitos postulados (v.g., pessoas com viés X apresentam comportamento Y), ele não esgota outras possíveis interpretações – uma postura condizente com a “**coragem epistêmica**” de admitir incertezas, sem enfraquecer a contribuição empírica oferecida.

Falseabilidade e clareza lógica das hipóteses (perspectiva popperiana)

Sob a ótica das ideias de Karl Popper, o trabalho de Schaden exhibe méritos notáveis ao estruturar suas hipóteses de forma **claramente falseável e logicamente consistente**. Cada hipótese (H1–H7) é apresentada com enunciados passíveis de teste e acompanhada de critérios explícitos de refutação. Por exemplo, H1 postula que “*eleitores apresentam vieses sistemáticos que distorcem sua percepção econômica*”, prevendo uma discrepância estatisticamente significativa entre a opinião de eleitores e economistas sobre fatos objetivos; *caso tal discrepância não seja observada nos dados, H1 deve ser rejeitada*. Similarmente, para cada viés específico (H3–H6), o autor indica a evidência empírica esperada – uma correlação ou diferença entre grupos – e afirma que a ausência dessa evidência implicará refutar a hipótese correspondente. Essa formulação “**se X, então Y; se não, hipótese refutada**” está em linha com o critério de demarcação popperiano, segundo o qual uma proposição científica precisa ser suscetível a testes que potencialmente a contradigam. Em outras palavras, as hipóteses do TCC são *rastreáveis a condições observáveis* cujo não cumprimento as torna falsas – exatamente o que Popper defende como condição para que teorias tenham conteúdo científico (Popper, 1934/1959). O próprio texto enfatiza que as hipóteses foram “*estruturadas para serem*

empiricamente testáveis e refutáveis”, mostrando uma consciência metodológica louvável.

A **clareza lógica** também se manifesta na concatenação entre teoria, hipótese e teste. Não há saltos ilógicos ou termos obscuros: cada viés é definido conceptualmente (com apoio em literatura clássica e contemporânea) e traduzido em expectativa mensurável. Por exemplo, o “viés pessimista” é descrito como tendência a avaliar o desempenho econômico pior do que indicam os dados reais; assim, H6 prevê que os eleitores terão visão mais negativa do crescimento econômico passado/presente em comparação a dados objetivos – e, portanto, compara-se a percepção reportada no survey com indicadores históricos para ver se há discrepância significativa. Esse encadeamento demonstra rigor lógico, pois a hipótese captura fielmente o conceito e estabelece um **teste empírico direto** (diferença entre percepção e realidade) que pode confirmar ou refutar a existência do viés. Em termos popperianos, o autor deduziu previsões concretas de sua teoria (inspirada em Caplan e na economia comportamental) e preparou o terreno para *submetê-las ao crivo da experiência*.

Um ponto digno de elogio é a tentativa de **eliminar ambiguidades semânticas**. Popper salientava a importância de definir claramente termos e evitar enunciados vagos que escapem à refutação. No TCC, conceitos-chave como “vieses sistemáticos” e cada viés específico são definidos com base em literatura: Caplan (2007) é usado para nomear e caracterizar os quatro vieses econômicos do público, enquanto referências a Kahneman, Tversky etc. situam esses vieses no contexto mais amplo de limitações cognitivas do ser humano. Além disso, distingue-se **explicitamente** entre *desinformação aleatória* e *vieses estruturais* – enfatizando que o problema são erros sistemáticos de julgamento, não mera ignorância accidental. Essa distinção conceitual é fundamental para a lógica do argumento: se as divergências público–especialistas fossem aleatórias, não haveria um padrão consistente a explicar; o estudo foca justamente em padrões consistentes (vieses) e deixa isso claro. A **distinção entre psicologia e lógica**, outro aspecto caro a Popper, parece bem encaminhada. Popper advertia contra misturar a *psicologia da crença* com a *justificação lógica da crença*. No contexto do TCC, isso significa que o autor deve separar (a) a análise de **porque as pessoas acreditam** em algo (influência de heurísticas, emoções, contexto social – esfera psicológica/descritiva) de (b) **se essas crenças são válidas ou não** à luz de evidências objetivas ou da teoria econômica (esfera lógica/normativa). O trabalho de Schaden reconhece os fatores psicológicos que dificultam a correção de crenças – cita, por exemplo, a *resistência dos eleitores em abandonar crenças que reforçam sua visão de mundo* e heurísticas de confirmação e ancoragem que travam a revisão de opiniões. Contudo, ele não se contenta em explicar psicologicamente a origem dos vieses; vai além e submete as crenças a um confronto com a realidade econômica ou o consenso especializado, avaliando sua **veracidade ou distorção**. Ao fazer isso, o autor implicitamente aplica o filtro lógico: uma crença pode ser popular e psicologicamente compreensível, mas ainda assim ser logicamente falsa (ou não sustentada pelos dados). Essa abordagem está alinhada com o espírito popperiano, que diria que “*nossas convicções subjetivas nunca justificam uma afirmação; é preciso buscar testes objetivos*” (cf. Popper, *Logic of Scientific Discovery*, caps. 3–4).

Adicionalmente, nota-se no TCC uma **“coragem epistêmica”** ao propor hipóteses passíveis de refutação real, sem truques para torná-las à prova de falha. Em outras palavras, o autor não formulou enunciados genéricos que se acomodariam a qualquer

resultado; ele se comprometeu com previsões específicas que poderiam dar errado – por exemplo, é concebível que a pesquisa encontrasse pouca diferença entre economistas e público (refutando H1) ou que indivíduos de alta instrução econômica manifestassem vieses semelhantes aos leigos (refutando H2). Ao explicitar que nesses cenários as hipóteses seriam rejeitadas, o estudante demonstra disposição para *acolher resultados negativos*. Esse é um indicador de objetividade científica. Resta verificar se, na prática, o tratamento dos resultados no texto corresponde a essa intenção: ou seja, caso alguma hipótese não tenha sido corroborada, se o autor de fato relata isso com transparência e discute as implicações. Em um TCC, muitas vezes os estudantes ficam tentados a “encaixar” os resultados na hipótese inicial, mas aqui há uma oportunidade didática de mostrar maturidade – abraçando possíveis refutações como achados interessantes.

Por fim, no que tange à apresentação lógica geral, o texto aparenta bem organizado, com seções delineadas (introdução, hipóteses, objetivos, metodologia, etc.) e argumentação sequencial. A redação das hipóteses, em particular, merece destaque pela **clareza e objetividade** – são frases relativamente curtas, condicionais, que eliminam ambiguidades sobre o que será medido e quais resultados sustentariam ou contrariariam a teoria. Essa precisão semântica facilita ao leitor compreender exatamente o critério de sucesso ou fracasso de cada teste, o que é fundamental em um relatório científico. Em suma, à luz dos critérios popperianos (falseabilidade, distinção entre contexto empírico e lógico, e rigor dedutivo), o TCC se posiciona muito bem, evidenciando um compromisso metodológico forte com a cientificidade. A principal recomendação complementar seria: **manter esse compromisso na interpretação final** – ou seja, se os dados apresentarem anomalias frente às expectativas teóricas, que o trabalho as reconheça abertamente e evite racionalizações ad hoc que blindem a teoria contra a refutação. Até o momento, a estrutura oferecida sugere que o autor está no caminho certo nesse quesito.

Viés de confirmação e neutralidade ideológica na análise

Embora o TCC se esforce por uma abordagem imparcial e baseada em evidências, é necessário avaliar criticamente os potenciais **viéses de confirmação e pressupostos ideológicos** subjacentes, dado o caráter polêmico do tema. A pesquisa lida com conceitos – “vieses do eleitor” versus “consenso dos economistas” – que podem carregar julgamentos de valor implícitos. Existe o risco de uma *tautologia ideológica*: se definirmos por construção que o economista (ou a teoria econômica dominante) está correto, então qualquer discordância popular será rotulada como “vieses” ou “erro”. Nesse caso, o estudo poderia incorrer em validar sua hipótese meio que por definição, não por demonstração independente. A leitura atenta do referencial teórico do TCC mostra que o autor adota majoritariamente a perspectiva de Caplan (2007), que de fato classifica as crenças econômicas discrepantes do consenso profissional como **vieses irracionais do público**. A tese central citada – de que as preferências populares se baseiam em crenças distorcidas e que isso explica políticas ruins – reflete uma visão normativamente inclinada: assume-se que “*políticas boas*” são as alinhadas a princípios econômicos consagrados (livre-comércio, mercados eficientes, etc.), ao passo que preferências contrárias a esses princípios decorrem de equívoco cognitivo, não de escolhas legítimas por outros valores.

Reconhecer esse enquadramento ideológico não invalida o estudo, mas impõe cautela na análise. O autor deve tomar cuidado para não **confundir preferências com erros**. Por exemplo, um respondente que apoie tarifas protecionistas pode fazê-lo por

desconhecimento dos benefícios do livre-comércio (um viés antimercado, no sentido de acreditar erroneamente que a economia doméstica melhora com protecionismo), mas também pode fazê-lo por *valorizar outros objetivos* – como proteger empregos locais ou evitar dependência externa – mesmo ciente do custo econômico. No primeiro caso há um viés cognitivo factual; no segundo, pode não haver ignorância, apenas um trade-off valorativo diferente do que os economistas priorizam. Essa distinção é sutil, mas importante: sem ela, corre-se o risco de rotular toda divergência público–especialista como irracionalidade. O TCC aborda um pouco disso ao incluir a hipótese H7 sobre **filiação ideológica**, sinalizando que visões de mundo distintas (esquerda x direita, por exemplo) podem afetar a aceitação de evidências. Portanto, se o autor identificar, por exemplo, que pessoas de determinada ideologia rejeitam certos fatos econômicos, seria preciso discutir se isso é “*viés de confirmação*” (recusa em admitir fatos contrários à ideologia) ou simplesmente prioridades normativas conflitantes. A linha pode ser tênue. Recomenda-se que, na discussão dos resultados, o trabalho **evite conclusões maniqueístas** do tipo “o público está errado, os economistas certos” e se concentre em descrever onde há *desalinhamento* entre opinião popular e conhecimento econômico, explorando as possíveis raízes disso. Em algumas questões, a divergência pode significar desconhecimento puro (por exemplo, subestimar o crescimento econômico real por pessimismo infundado – um erro factual facilmente verificável). Em outras, pode significar interpretação seletiva ou ênfase diferente (por exemplo, ver a competição estrangeira como prejudicial pode ser um *viés*, ou pode advir de vivências concretas de perda de emprego industrial – mistura de fato e valor).

Sobre **viés de confirmação** do pesquisador: até aqui, o autor demonstrou boa intenção de testar suas crenças, mas deve-se vigiar se na apresentação dos achados houve equilíbrio. Um indício positivo é que as hipóteses foram formuladas de modo simétrico (prevendo cenários que as refutariam). No entanto, a tentativa de encontrar confirmação para Caplan é grande, dado que o próprio desenho foi inspirado por ele. Para manter a neutralidade, seria desejável que o texto apresentasse também *resultados negativos ou inesperados* com destaque e lhes atribuísse significado. Por exemplo, suponha que a análise mostre que **educação econômica** (H2) não reduziu certos vieses tanto quanto esperado – isso contrariaria tanto a expectativa teórica (Downs, 1957, e outros, sugerem que mais informação deveria moderar vieses) quanto uma possível “aposta” ideológica de que educação resolveria o problema. Se isso ocorreu, o autor deveria evidenciar: “Surpreendentemente, indivíduos com formação econômica similar aos economistas ainda exibiram vieses X e Y, o que pode indicar fatores mais profundos ou enviesamento até dos próprios formados em economia”. Da mesma forma, se algum viés clássico de Caplan não se manifestou no Brasil (imaginemos que o *viés antitrabalho* não apareceu de forma significativa nos dados), isso precisa ser relatado claramente, e não ignorado. Um trabalho científico ganha força quando reconhece exceções e anomalias, debatendo se elas decorrem de limitações (amostra, perguntas) ou se revelam peculiaridades do caso brasileiro.

A questão da **tautologia ideológica** também nos leva a recomendar que o autor contextualize o *benchmark* adotado – ou seja, por que tomar a visão dos economistas como referência de “acerto”. Seria interessante mencionar que, embora economistas profissionais geralmente possuam mais conhecimento factual e modelo analítico (logo, tendam a avaliar políticas de forma mais acurada em termos de eficiência econômica), eles próprios não são infalíveis ou neutros em valores. A literatura reconhece que

economistas podem ter um viés pró-mercado ou certas pressuposições normativas (por formação), ainda que embasadas em evidências. Reconhecer isso ajudaria a suavizar qualquer impressão de superioridade absoluta de um grupo sobre outro. O foco do trabalho pode ser descrito não como “julgar quem está certo”, mas *compreender por que há discrepâncias sistemáticas nas crenças* e quais fatores (educação, ideologia, interesses) as explicam. Essa ênfase investigativa em vez de normativa reforça a objetividade. Em suma, sugere-se que o parecer final do TCC realce a importância de **não confundir discordância com irracionalidade** sem análise criteriosa. Idealmente, a interpretação deve passar pelo filtro: “Este resultado configura um viés cognitivo *no sentido estrito* (crença refutada por dados ou teoria consolidada) ou configura uma diferença de julgamento de valor/percepção justificada pelo contexto?”.

Por fim, quanto à **neutralidade na redação**, convém manter linguagem analítica, evitando termos carregados. Até agora, expressões como “crenças distorcidas” e “medidas ineficazes” aparecem associadas às preferências populares. Elas estão sustentadas por referências (Acemoglu & Robinson, Caplan) e fazem sentido no argumento. Apenas se assegure de que no resultado essa caracterização seja respaldada por evidências do survey. Se o estudo constatou que, por exemplo, muitos eleitores acreditam que “*importações causam desemprego*” enquanto dados históricos mostram o contrário, aí sim cabe dizer que há uma crença distorcida. Sem essa evidência, evitar afirmar de antemão. Em resumo, a análise deve permanecer o mais *descritiva-explicativa* possível, deixando julgamentos normativos para a seção adequada (talvez na conclusão, ao discutir implicações para melhoria do debate público, pode-se argumentar a favor de educação econômica, correção de vieses etc., apoiado nos achados). Adotando essas precauções, o trabalho evitará armadilhas de viés de confirmação e passará maior confiança de imparcialidade científica, mesmo tratando de tema tão propenso a divisões ideológicas.

Solidez da replicação da SAE no contexto brasileiro

A proposta metodológica de replicar a **Survey of Americans and Economists on the Economy (SAEE)** no Brasil é, por si, um ponto forte do TCC, mas exige analisar sua **solidez e adequação** ao novo contexto. Vários aspectos positivos são identificáveis na execução: (1) O autor *adaptou o instrumento ao contexto institucional e cultural brasileiro*, o que era imprescindível dada a diferença temporal (quase 30 anos) e espacial em relação à pesquisa original nos EUA. Essa adaptação provavelmente envolveu traduzir e ajustar perguntas para refletir a realidade econômica brasileira (por exemplo, questões sobre inflação, desemprego, políticas públicas brasileiras recentes etc.), mantendo contudo o espírito das perguntas originais que sondavam divergências de percepção. (2) Houve uma estratégia de **amostragem cuidadosamente pensada**. Conforme descrito, a aplicação via Google Forms não se limitou a uma amostra de conveniência simples; combinou três táticas: amostragem em cadeia (*snowball*) para ampliar o alcance, parcerias institucionais com órgãos profissionais de economia (Corecon/Cofecon) para garantir participação de economistas, e até seleção probabilística de respondentes em bases públicas para mitigar viés de autoseleção. Essa mescla de métodos mostra uma preocupação em obter um conjunto diversificado de respondentes, evitando tanto o viés de incluir apenas conhecidos do pesquisador quanto o viés de ter economistas *demais* ou *de menos*. (3) O tamanho da amostra previsto (entre 1.500 e 2.500 participantes, com mínimo de 500 para confiabilidade) é bastante adequado para dar poder estatístico às

análises. Se alcançado, esse n robustece a comparação entre subgrupos (economistas vs. público, ou diferentes estratos demográficos) e permite detectar mesmo diferenças percentuais relativamente modestas como estatisticamente significativas, quando pertinente. (4) A opção por modelos Logit binário e ordinal para tratar as variáveis dependentes conforme sua natureza (dicotômicas ou de escala Likert) é tecnicamente sólida e segue práticas consagradas – inclusive, a SAEE original e trabalhos de Caplan (2002) usaram modelos probit/logit para estimar a probabilidade de certas respostas em função de ser economista ou ter determinadas características. O TCC inclusive menciona o uso do método L-BFGS para estimar os modelos, denotando atenção aos detalhes computacionais para lidar com muitas variáveis e parâmetros.

Apesar desses méritos, devemos ponderar as **desafios e limitações** inerentes à replicação. Primeiramente, quanto à *representatividade da amostra*: mesmo com os cuidados descritos, uma pesquisa online está limitada a indivíduos com acesso à internet e dispostos a responder espontaneamente. Isso tende a enviesar a amostra em direção a pessoas mais jovens, escolarizadas ou interessadas no tema (especialmente porque o título/assunto do questionário possivelmente atraiu aqueles com alguma opinião sobre economia). O autor tentou contornar isso com amostragem probabilística e parcerias – seria útil no texto detalhar como foi feita essa seleção probabilística (ex.: sorteio de emails ou telefones a partir de listas eleitorais? uso de redes sociais com patrocínio segmentado?). Se esse ponto não estiver claro, convém esclarecer, pois dele depende a validade externa das conclusões. Uma amostra autopreenchida via internet dificilmente espelha perfeitamente o eleitor mediano brasileiro, que tem níveis de renda e educação variados (por exemplo, participação de pessoas de baixa escolaridade ou zonas rurais pode ter sido baixa). Logo, generalizar os resultados requer cautela. Seria recomendável que o TCC incluísse na seção de resultados um quadro comparando o perfil amostral com o perfil da população (distribuição por região, escolaridade, idade etc.), discutindo eventuais discrepâncias. Caso algum grupo tenha ficado sub-representado, o autor poderia mencionar isso como limitação ou, melhor ainda, aplicar **ponderação nas análises** (atribuir pesos para ajustar a composição amostral à população-alvo). Não está claro se tal ponderação foi feita; se não, é uma sugestão de aprimoramento.

Em relação à *adequação das perguntas ao contexto brasileiro*, é importante avaliar se todas as questões da SAEE têm paralelo significativo no Brasil de 2025. Por exemplo, a SAEE abordava temas como imigração nos EUA (onde era um tópico quente nos anos 90); no Brasil, embora haja discussão sobre imigração, ela é de diferente magnitude. O viés antiestrangeiro aqui pode manifestar-se mais em atitudes quanto ao comércio internacional ou investimentos estrangeiros. Espera-se que o autor tenha recalibrado os itens – possivelmente focando em questões como proteção da indústria nacional (subsídios, tarifas) e talvez desconfiança de capital estrangeiro em setores estratégicos, o que faria sentido localmente. Similarmente, o *viés antitrabalho* (no sentido de supervalorizar empregos pelo emprego) poderia envolver perguntas sobre automação, reformas trabalhistas ou programas de emprego público, adaptadas à realidade brasileira. O parecerista sugere verificar se o instrumento captou aspectos relevantes como a percepção sobre inflação (um tema saliente no Brasil histórico), que podem relacionar-se ao viés pessimista. Em suma, a replicação é metodologicamente válida, mas a **contextualização qualitativa** das perguntas é determinante para o sucesso em obter dados significativos. Seria proveitoso que o TCC relatasse algum *pré-teste* ou validação das perguntas – por exemplo, se foi realizado um piloto do questionário para checar

compreensão das questões pelos respondentes. Isso tornaria a metodologia ainda mais robusta.

Outro ponto é a **comparação com os resultados da SAEE original**. O autor menciona que irá comparar as conclusões no Brasil com as dos EUA, buscando avaliar replicabilidade e diferenças institucionais/culturais. Esta é uma ambição interessante, mas metodologicamente complexa. Como apontado, as populações são diferentes e separadas temporalmente. Diferenças encontradas podem dever-se a múltiplos fatores (não somente culturais, mas também ao intervalo de quase três décadas, evolução econômica, etc.). Portanto, ao fazer essa comparação, recomenda-se prudência: o texto deve evitar julgamentos diretos (p.ex.: “brasileiros são mais enviesados que americanos” ou vice-versa) sem considerar que os instrumentos e contextos não são idênticos. O ideal é enfatizar *tendências semelhantes ou divergentes* de maneira qualitativa, ilustrando, por exemplo, que certos vieses parecem universais (aparecem em ambos os países), enquanto outros podem ser atenuados ou exacerbados por características locais (educação média mais baixa, confiança nas instituições, experiência inflacionária passada etc.). O TCC, ao articular possíveis fatores institucionais e culturais como parte dos objetivos específicos, mostra que o autor está ciente dessa nuance. Cabe verificar se essa análise contextual foi efetivamente desenvolvida nos capítulos finais; se não, sugere-se aprofundá-la, pois agrega valor ao trabalho ao transcender a mera réplica e fornecer insight sobre o **caso brasileiro em comparação internacional**.

Por fim, no aspecto técnico, a **econometria aplicada** parece compatível com o porte da pesquisa. Os modelos Logit são apropriados e o autor considera até modelos logit ordenados para escalas de concordância, o que demonstra refinamento na escolha das ferramentas. Importante é que os resultados desses modelos sejam apresentados de forma acessível no texto: por exemplo, em vez de inundar o leitor com coeficientes brutos, é útil traduzir em probabilidades ou efeitos marginais interpretáveis (do tipo: “ser economista aumenta em X pontos percentuais a probabilidade de concordar com determinada afirmação”). Tendo em vista o público de banca e leitores de um TCC, tal clareza na apresentação estatística é recomendada. Além disso, reportar medidas de qualidade do ajuste (pseudo- R^2 , testes de significância global, etc.) ajudará a dimensionar o quão bem os modelos explicam as variações nas respostas – informação relevante para julgar a *força* das conclusões.

Resumindo, a replicação da SAEE no Brasil, conforme realizada por Schaden, parece **metodologicamente sólida**, integrando boas práticas de coleta e análise. As sugestões de aprimoramento incluem explicitar possíveis vieses amostrais e controles para eles, garantir que as perguntas realmente capturam os constructos no contexto local, e interpretar cuidadosamente as comparações internacionais. Com esses cuidados, o estudo tem potencial para contribuir de forma original ao conhecimento sobre *vieses econômicos do eleitorado brasileiro*, posicionando-se numa interseção rica entre economia, psicologia e ciência política.

Considerações finais e recomendações

Em conclusão, o TCC de Bruno Francisco Schaden revela-se um trabalho ambicioso e relevante, que combina teoria econômica e psicologia cognitiva para dissecar um problema clássico da escolha pública: a lacuna entre o que os especialistas econômicos recomendam e o que o eleitorado deseja. Sob critérios metodológicos rigorosos,

especialmente inspirados em Karl Popper, o estudo mostra diversas virtudes – hipóteses nitidamente falseáveis, encadeamento lógico entre premissas e testes empíricos, e preocupação em confrontar suas teses com dados da realidade (no caso, um survey de ampla abrangência). A coragem em examinar criticamente a hipótese da *irracionalidade do eleitor mediano* no Brasil merece destaque, pois o autor não se limitou a repetir consensos: ele efetivamente foi a campo coletar evidências, abrindo-se à possibilidade de confirmar ou refutar elementos da teoria de Caplan no contexto brasileiro. Essa abertura ao contraditório é um ponto alto do trabalho e deve ser preservada até o fim.

Por outro lado, nenhum estudo está isento de falhas ou pontos passíveis de refinamento. Esta análise apontou alguns aspectos que requerem atenção especial na versão final do TCC:

- **Delimitação entre viés e preferência legítima:** Recomenda-se reforçar no texto a diferenciação entre crenças empiricamente incorretas (p.ex. “vieses cognitivos” *stricto sensu*, que podem ser demonstrados falsos frente aos dados) e divergências de opinião baseadas em valores ou interesses. Isso pode ser feito discutindo-se casos específicos dos resultados – identificando onde o público aparentemente *erra* sobre fatos ou relações de causa e efeito (indicando viés cognitivo), versus onde o público apenas *prioriza* objetivos diferentes dos economistas (por exemplo, segurança no emprego sobre eficiência, ou proteção da indústria doméstica sobre preços baixos). Tal discussão evitará caracterizações indevidas de escolhas como “erro” quando talvez sejam preferências sob outra ótica. Em suma, é importante **evitar tautologias ideológicas** em que o economista tenha sempre razão por definição; em vez disso, mostrar por que em certos pontos a visão técnica é mais acurada (apoiando-se em evidências e teoria) e admitir que em outros pontos a questão pode transcender o domínio estritamente econômico.
- **Transparência sobre resultados não esperados:** Caso algum teste não confirme a hipótese (e é até desejável que haja alguns resultados contrários, dada a complexidade do real), isso deve ser explicitado. Sugerimos incluir uma seção ou parágrafo de “achados inesperados” ou “limitações dos resultados”, onde o autor analisa porque aquela hipótese pode não ter se verificado totalmente. Por exemplo, se não se encontrou diferença significativa entre opiniões de economistas e público em certo item (contrariando H1 localmente), discutir o que esse item tinha de especial – teria ele pouca controvérsia? Ou os economistas também estariam divididos?; se a ideologia política não mostrou efeito forte (talvez H7 refutada), considerar se há realmente um consenso suprapartidário em certos erros, ou se a medida de ideologia foi fraca. Abordar essas nuances enriquece o trabalho e demonstra **imparcialidade**: o autor não “força” os dados a se encaixarem na teoria, mas aprende com eles.
- **Moderação nas inferências causais e normativas:** Conforme discutido, manter a precisão ao descrever relações é fundamental. Substituir declarações absolutas como “X influencia Y” por formulações baseadas em evidência do tipo “X está associado a Y (controladas demais variáveis), o que sugere influência causal mas não a comprova integralmente” pode parecer verboso, mas comunica melhor a realidade da inferência. Igualmente, ao derivar implicações para políticas, ter cuidado para não extrapolar além do que os dados sustentam. Por exemplo, se for

recomendado investimento em educação econômica da população, fundamentar isso no achado de H2 (se confirmada) de que conhecimento reduz desacordos

; se for sugerido algum mecanismo institucional (p.ex. filtros tipo “juris technocrats”) para mitigar efeitos de vieses na política, reconhecer que isso extrapola o estudo (que diagnosticou um problema, mas não testou soluções).

- **Refinamento da apresentação dos dados:** Verificar que todos os resultados relevantes dos modelos econométricos estejam bem apresentados e interpretados. Tabelas de regressão devem vir acompanhadas de descrição em texto dos principais coeficientes de interesse (e se possível, indicar a magnitude de efeito de forma intuitiva). Além disso, incluir pelo menos um gráfico ou ilustração dos dados brutos poderia ajudar – por exemplo, um gráfico comparando as taxas de concordância do público vs. economistas em algumas perguntas-chave, ou histogramas mostrando a distribuição de respostas pessimistas versus o dado real. Isso daria uma visualização direta de certos vieses (cumprindo também o papel de evidência imediata para H1).
- **Limitações e trabalhos futuros:** Recomenda-se acrescentar uma breve reflexão final sobre os limites da pesquisa (método survey, corte temporal único, possíveis vieses remanescentes de amostragem) e sugestões de aprofundamento. O próprio texto já tangencia caminhos, como avaliar estratégias educacionais e institucionais para mitigar vieses. Poderia expandir-se aí: por exemplo, propor que futuras pesquisas realizem experimentos de informação (testar se fornecer dados durante a pesquisa faz os leigos mudarem de opinião, o que confirmaria o papel da desinformação), ou investigar *qualitativamente* por que certos indivíduos resistem a consensos econômicos (entrevistas que poderiam revelar se é desconhecimento ou desconfiança ativa das fontes, etc.). Também seria interessante propor replicações em outras regiões ou níveis (talvez comparar com outro país, ou realizar com estudantes vs. público geral, etc.), para ver consistência dos resultados.

Em conclusão, o trabalho de Bruno Schaden se alinha bem com critérios acadêmicos rigorosos e traz contribuição original ao aplicar um conhecido levantamento americano à realidade brasileira atual. À luz da filosofia de Karl Popper, nota-se que o autor buscou formular seu problema de modo crítico, testável e aberto ao aprendizado com os erros. Se ele incorporar as sugestões de aprimoramento aqui delineadas – principalmente no tratamento equilibrado dos resultados e na explicitação de eventuais surpresas – o TCC terá não apenas validade metodológica, mas também um alto grau de **credibilidade científica e relevância prática**. Trata-se de um estudo que pode fomentar debate interdisciplinar sobre como melhorar a racionalidade das escolhas públicas, sem dogmatismo, sustentado por evidências. O parecer, portanto, é globalmente positivo, indicando a solidez do trabalho, ao mesmo tempo em que incentiva pequenos ajustes finais para que a versão escrita reflita integralmente a qualidade da pesquisa realizada.